

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES (AS)¹

Dyego Reis Soares²; José Valdir Jesus de Santana³

RESUMO

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco nas políticas educacionais brasileiras ao tornar obrigatória a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar. Entretanto, sua implementação efetiva ainda enfrenta desafios significativos, como a insuficiente formação docente, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência de setores sociais. Este artigo discute a importância da educação étnico-racial no combate ao racismo e na valorização da diversidade cultural, bem como os obstáculos que dificultam a plena aplicação da legislação, destacando a necessidade de investimentos em formação, políticas públicas e práticas pedagógicas antirracistas.

PALAVRA-CHAVE: Diversidade cultural, Educação antirracista, Lei 10.639/2003, Racismo.

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN A HIGH SCHOOL IN VITÓRIA DA CONQUISTA/BA: TEACHERS' PERSPECTIVES

ABSTRACT

Law No. 10.639/2003 represents a milestone in Brazilian educational policies by making the inclusion of Afro-Brazilian and African history and culture in the school curriculum mandatory. However, its effective implementation still faces significant challenges, such as insufficient teacher training, a short age of adequate teaching materials, and resistance from social sectors. This article discusses the importance of diversity, as well as the obstacle that hinders the full implementation of the legislation, highlighting the need for investment in training, public policies, and anti-racist pedagogical practices.

KEYWORDS: Cultural diversity, anti-racist education, Law 10.639/2003, Racism.

INTRODUÇÃO

A educação para as relações étnico-raciais constitui um elemento essencial na construção de uma sociedade democrática, justa e plural. A promulgação da Lei nº 10.639, em 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da educação básica (Brasil, 2003, 2004).

¹ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

³ Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Essa legislação surgiu a partir das reivindicações do movimento negro e tem como objetivo combater o racismo estrutural, promover a valorização da população negra e reconhecer seu protagonismo histórico e cultural na formação do Brasil. Contudo, apesar de sua relevância, a efetivação da lei enfrenta resistências e dificuldades que comprometem sua plena aplicação no cotidiano escolar.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004, p. 11), “a educação das relações étnico-raciais [...] objetiva combater o racismo e valorizar a diversidade cultural e histórica dos povos africanos e afrodescendentes” e, nesse sentido, deve “[...] atravessar o currículo e a prática pedagógica como um todo”.

Um dos maiores entraves à implementação da Lei 10.639/2003 é a falta de preparo de professores para trabalhar a temática como apontam (Gomes, 2012, 2017; Silva, 2010, 2011; Gomes; Jesus, 2013). Gomes (2012) aponta que a maioria dos profissionais da educação não teve contato, em sua formação inicial, com conteúdos relacionados à história da África, da diáspora africana e da cultura afro-brasileira. Essa lacuna resulta em insegurança pedagógica e na limitação de práticas educativas consistentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou abordagem qualitativa (Gil, 2025), caracterizando-se como do tipo exploratória (Gil, 2025). Segundo Gil (2025, p. 11), a pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, “ênfatisa a natureza socialmente construída da realidade, o relacionamento íntimo entre o pesquisador e o que é estudado, além das restrições situacionais que moldam a investigação”. Para a “coleta dos dados” utilizou-se de um questionário, com roteiro de perguntas estruturadas, enviado aos professores de uma instituição de ensino médio de Vitória da Conquista. No dia 11 de setembro de 2025, por intermédio do questionário enviado aos professores dessa escola, buscou-se identificar concepções sobre a educação étnico-racial, dificuldades e barreiras enfrentadas, estratégias e práticas pedagógicas utilizadas e Percepções sobre o impacto da Lei nº 10.639/2003. Mas apenas um professor respondeu à pesquisa, mostrando justamente a deficiência na abordagem do tema, já que no dia 04 de Junho de 2025, o mesmo questionário foi enviado a outra instituição de ensino médio de outro bairro da mesma cidade, não havendo resposta, interesse e justificativa por parte dos professores, coordenadores e diretor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas obtidas no questionário aplicado ao professor Jaime José da Silva, de 47 anos, com formação em nível de mestrado e 23 anos de experiência docente, evidencia importantes aspectos acerca da implementação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) no contexto escolar. O docente atua como concursado e não possui outra atividade profissional, o que indica dedicação integral ao magistério.

Em relação à formação inicial e continuada, observa-se que o professor não cursou disciplinas específicas voltadas para as relações étnico-raciais, tampouco participou de cursos de formação continuada sobre o tema. Esse dado revela uma lacuna formativa significativa, considerando que a Lei 10.639/03, em vigor desde 2003, tornou obrigatória a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Apesar dessas limitações, o docente demonstra conhecimento da Lei 10.639/03 e das DCNERER, reconhecendo sua importância para a promoção da igualdade racial e para a construção de uma educação antirracista.

Ele expressa consciência crítica ao afirmar que o Brasil é um país “extremamente desigual” e que necessita de leis que beneficiem grupos historicamente excluídos, o que reflete uma compreensão sociopolítica coerente com os princípios da educação para as relações étnico-raciais.

No entanto, o professor reconhece que, em sua prática pedagógica, a temática é pouco abordada, justificando que a disciplina que leciona, Ciências da Natureza, não dispõe de materiais adequados para tratar diretamente do tema. Além disso, aponta que a escola não oferece recursos didáticos ou paradidáticos específicos para o trabalho com a cultura afro-brasileira e africana, o que limita o desenvolvimento de atividades efetivas.

Quanto às ações institucionais, o docente afirma que a Secretaria de Educação realiza poucas formações sobre o tema e que as iniciativas na escola são pontuais e fragmentadas, ocorrendo apenas em eventos ou projetos esporádicos. Por fim, ao refletir sobre as dificuldades para efetivar o trabalho com as relações étnico-raciais, o professor aponta a burocratização do ambiente escolar, a sobrecarga de demandas pedagógicas e a falta de tempo e espaço para discutir temáticas transversais, como fatores que comprometem a inserção efetiva do tema no currículo.

A aplicação da Lei 10.639/2003 não deve restringir-se a eventos pontuais, como o Dia da Consciência Negra, mas precisa ser incorporada de forma transversal e interdisciplinar em todas as áreas do conhecimento (Gomes, 2011; Silva, 2010, 2011).

Para Gomes (2012), “sem políticas de acompanhamento, sem formação docente e sem inserção real da temática no currículo, corre-se o risco de a lei se tornar letra

morta, transformada em atividade eventual, sem a potência transformadora que ela carrega” (Gomes, 2012, p. 732). Essa perspectiva exige, portanto, o fortalecimento de políticas públicas, a ampliação da formação docente e o incentivo à produção de materiais didáticos que valorizem a diversidade cultural e a história afro-brasileira.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

A Lei 10.639/2003 é um instrumento fundamental na luta contra o racismo e pela valorização da diversidade cultural brasileira. Entretanto, sua implementação enfrenta barreiras relacionadas à formação docente, à falta de materiais adequados e às resistências institucionais.

Superar esses desafios exige comprometimento político, investimento em políticas públicas e a promoção de uma prática pedagógica antirracista que reconheça a contribuição histórica e cultural da população negra. Dessa forma, a educação poderá cumprir seu papel de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A pesquisa evidencia que a educação para as relações étnico-raciais em Vitória da Conquista/BA ainda enfrenta desafios estruturais: formação docente insuficiente, escassez de materiais e resistência institucional. A efetivação da Lei nº 10.639/2003 depende, portanto, de políticas públicas consistentes, formação docente adequada e incorporação da educação étnico-racial como prática cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira**. MEC/SECAD, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Nilma Lino.; JESUS, Rodrigo Edinilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, n. 47, p. 19–33, jan. 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?format=html&lang=pt>

Acesso em: 15 set. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 15 set. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo **emancipatório**. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (org.). **Relações Étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Estudos afro-brasileiros: africanidades e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (org.). **Relações Étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.